

DE SEGUNDA A SEXTA, ÀS 17:00 / 18:00 HORAS

QUARTA-FEIRA, 22 DE ABRIL 2026 | N.º 1493 | ANO 5 »» DIGITAL »» DIGITAL »» DIGITAL

WALKING WEEKEND REGRESSA À PAMPILHOSA DA SERRA DE 22 A 24 DE MAIO



PÁGINA 2



EXPOH ANIMA OLIVEIRA DO HOSPITAL COM CINCO DIAS DE FESTA E GRANDES CONCERTOS

PÁGINA 15

De 2.^a a 6.^a-Feira, às 17:00 horas vá a www.campeaoprovincias.pt
na barra lateral encontra "Campeão Digital". CLIQUE E LEIA!

Pode também encontrar o link de ligação no Facebook do Campeão em www.facebook.com/campeaodasprovincias

Pampilhosa da Serra prepara um Walking Weekend cheio de surpresas



O Walking Weekend'26 – Festival de Caminhadas regressa a Pampilhosa da Serra entre os dias 22 e 24 de Maio, para mais uma edição centrada na descoberta do território, no contacto com a natureza e na valorização da autenticidade local.

A apresentação oficial do evento decorreu esta quarta-feira, 22 de Abril, na loja Decathlon de Coimbra, parceiro oficial da iniciativa, onde foram reveladas as principais linhas da programação daquela que será a 9.ª edição de um festival já consolidado no panorama do turismo de natureza.

Ao longo de três dias, os participantes são convidados a viver uma experiência imersiva nos cenários naturais e humanos de Pampilhosa da Serra, através de um programa que junta caminhadas por terra e por água, incluindo as já reconhecidas caminhadas aquáticas, a momentos de convívio, aventura e descoberta dos sabores da região.

Além de novas propostas, a edição deste ano recupera também algumas das experiências mais apreciadas pelo público nas edições anteriores. O ambiente comunitário, a hospitalidade das aldeias, a riqueza paisagística e a componente gastronómica continuam, assim, a assumir um papel central numa iniciativa que procura proporcionar vivências genuínas em plena natureza.

A sessão de apresentação evidenciou ainda o envolvimento dos vários parceiros associados ao evento, sublinhando a importância do trabalho conjunto na afirmação de Pampilhosa da Serra como destino de referência para quem procura actividades ao ar livre e experiências ligadas ao território.

Com esta nova edição, o Walking Weekend volta a afirmar-se como uma das iniciativas mais marcantes da agenda local, reforçando a estratégia do município de promoção do património natural, cultural e humano do concelho.

TEMAS PRINCIPAIS DO “CAMPEÃO DAS PROVÍNCIAS” DESTA SEMANA (23 DE ABRIL)

»»» GIRABOLHOS CONVERTEU-SE
NA ÁRVORE QUE ESCONDE A FLORESTA

»»» JOSÉ MANUEL PUREZA:
“ESTAMOS A ASSISTIR À EROÇÃO
ACELERADA DA ORDEM INTERNACIONAL”

»»» FARMACÊUTICOS CELEBRAM
EXCELÊNCIA DA PROFISSÃO

»»» ANTÓNIO FRANCO DESTACA
PRIORIDADES DA MEALHADA E SITUA
CLARAMENTE O CONCELHO EM COIMBRA

»»» CORAÇÃO FICOU MAIS SAUDÁVEL
NO PARQUE VERDE DE CONDEIXA

»»» “ROLETA RUSSA” DEIXA A SALVO NA AM
MAIORIA ABSOLUTA DE ANA ABRUNHOSA

»»» BARCOUÇO TEM UM LUGAR ONDE A SAUDADE SE FEZ NATUREZA

The thumbnail displays the digital interface of the newspaper 'Campeão das Províncias'. At the top, there are advertisements for 'AUTO FEELING' and 'AROMA CAFE'. The main header features the newspaper's logo and contact information. Below the header, several article teasers are visible:

- GIRABOLHOS DIVIDE REGIÃO E REACENDE POLÊMICA NO MONDEGO**: A barragem de Girabolhos voltou ao centro do debate após as cheias no Baixo Mondego. ZER0 e MUNDA contestam a solução defendida pelo Governo, alegando que a obra não resolve as causas estruturais do problema.
- Coimbra recebeu a primeira grande gala dos farmacêuticos**: O Convento de São Francisco foi palco de uma noite de reconhecimento, mérito e afirmação profissional.
- Condeixa mostrou que a saúde melhora com o coração a andar**: Uma iniciativa inédita reuniu mais de uma centena de pessoas para promover a saúde cardiovascular através de rastreios, aconselhamento médico e exercício físico.
- S. Martinho garante maioria absoluta a Ana Abrunhosa**: A bancada continuará a tratar o ritmo da obra. No plano estratégico, situa claramente a Mealhada na região de Coimbra.

At the bottom of the thumbnail, there is an advertisement for 'Festival de sopas' (Soup Festival) at 'TERREIRO DA ERVA' from April 24 to 26.



Consultar edição impressa do “Campeão das Províncias”

Escola Agrária de Coimbra mantém-se inovadora aos 139 anos

A Escola Superior Agrária do Politécnico de Coimbra (ESAC-IPC) assinalou esta quarta-feira o seu 139.º aniversário afirmando-se como uma instituição inovadora, tecnológica e prática.

Nas palavras do presidente da ESAC, João Gândara, a Escola continua a focar-se na investigação, vista como essencial para o prestígio e sustentabilidade financeira da escola, e no reforço da ligação à sociedade para atrair novos talentos.

Em relação a uma possível integração entre o Instituto Politécnico e a Universidade de Coimbra, o responsável referiu que a ESAC será solidária com as decisões tomadas.

Na sessão de aniversário, a presi-

dente do Politécnico de Coimbra, Cândida Malça, destacou na Escola Superior Agrária o seu espírito de visão e responsabilidade, afirmando-se no plano científico e como “instituição inovadora sem perder a identidade”.

A aposta na inovação, na tecnologia e na componente prática, foi também a tônica da intervenção (via online) do presidente da Associação de Estudantes, Jorge Simão.

Este ano, a comemoração na ESAC deu destaque às raças autóctones existentes na instituição, tendo os participantes feito uma incursão pelas mesmas. Foi ainda inaugurada a exposição de fotografia “Macrocosmos”, do fotógrafo de natureza João Santos.

A sessão comemorativa foi, igual-



Cândida Malça, presidente do IPC, e João Gândara, presidente da ESAC

mente, ocasião para o reconhecimento à comunidade da ESAC, com homenagens aos aposentados e a apresentação de um novo trabalhador.

Frequentam a ESAC 1.238 estudantes, 217 em CTeSP, 770 nas licenciaturas, 226 nos mestrados e 25 no programa doutoral. A Escola tem 119 trabalhadores, 54 docentes e 65 não docentes.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

PUBLICIDADE



Oliveira do Bairro
NO CORAÇÃO DA BARRADA



CARNAVAL

DESFILES DE PORTUGAL NO CORAÇÃO DA BARRADA

NOVA DATA

26 ABRIL - 15H00

ENTRADA LIVRE

5 ESCOLAS DE SAMBA - CARETOS DE PODENCE - GIGANTONES DE BRAGA - GRUPO DE BOMBOS BATE FORTE
MINISTROS & MATRAFONAS DE TORRES VEDRAS - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DO ROSSIO
ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DO PAÇO - ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

ACP propõe novo Código da Estrada e endurecimento das penas para excesso de álcool

O Automóvel Club de Portugal (ACP) propôs uma “reforma estrutural” do Código da Estrada, como o Governo já equacionou, com um “aumento substancial das coimas e das penas para a condução sob o efeito de álcool”.

As propostas do ACP para alterações ao Código da Estrada (CE) surgem após o novo ministro da Administração Interna, Luís Neves, ter anunciado a necessidade de revisão do CE, ter reativado a Brigada de Trânsito da GNR e insistido em mais fiscalização aos condutores, depois de um aumento substancial de mortos e feridos graves em acidentes rodoviários durante a Páscoa.

Nas propostas divulgadas e que serão apresentadas ao Ministério da Administração Interna (MAI), o ACP quer ainda a obrigatoriedade de uso de capacete para utilizadores de bicicletas, velocípedes a motor e de mobilidade eléctrica, alterações no ensino da condução, bem como uma formação obrigatória para os encartados há mais de 25 anos.

O ACP propõe “tolerância zero” (0,0g/l) de álcool para condutores profissionais, de emergência e em regime probatório (actualmente a tolerância é de 0,2 g/l), e o agravamento das coimas a partir de 0,2g/l para os restantes condutores, com penalizações entre 250 euros e 3.000 euros, consoante a taxa, que atualmente tem um mínimo de 0,5, com cassação do título em caso de crime ou reincidência.

O uso de telemóvel ao volante passaria a ter coimas entre os 500 euros e os 1.250 euros. O ACP defende ainda a proibição de entrada nos transportes públicos de todos os veículos com motor eléctrico.

Outras das medidas sugeridas incluem uma velocidade máxima de 30km/h num perímetro de 150 metros junto a escolas e hospitais, a proibição de transporte de crianças menores de 12 anos em motociclos e a harmonização nacional das regras de estacionamento em postos de carregamento eléctrico, com penalizações severas para ocupação indevida.

A proposta prevê ainda a obrigatoriedade de avaliação médica presencial para todas as revalidações de carta e a criação de zonas de testes regulamentadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) para veículos autónomos (capazes de circular sem condutor).

O ACP defende igualmente que a segurança começa na infância, propondo a introdução de módulos de segurança rodoviária no ensino pré-escolar e 1.º ciclo e uma disciplina obrigatória de segurança rodoviária nos 2.º e 3.º



ciclos, no âmbito da Educação para a Cidadania, com responsabilidade pedagógica da Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária (ANSR).

No ensino da condução, o ACP propõe a introdução obrigatória de conteúdos de percepção de risco nas aulas teóricas e práticas, além do fim da obrigatoriedade de mudanças manuais para a categoria B.

A condução acompanhada por tutor - já aprovada pelo Governo - deve ser limitada a locais fechados ao trânsito, definidos pelos municípios, mantendo-se o rigor das horas de formação em escola de condução.

Para motociclos, é proposta pelo ACP a formação prática obrigatória para titulares de carta B que pretendam conduzir veículos de 125cc e o fim da autopropositura para a categoria A.

Para o ACP, “uma medida central” é a actualização de conhecimentos, considerando que todos os encartados há mais de 25 anos devem realizar uma formação obrigatória e gratuita assegurada pela ANSR, regra estendida também a condutores com múltiplas infracções graves.

No que respeita aos exames, o ACP sugere o uso de detectores electrónicos para evitar fraudes, a abolição de percursos fixos e a monitorização por GPS nas provas práticas.

Na área dos transportes, focado nas viaturas de Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados (TVDE), o ACP propõe “medidas mais rigorosas para garantir a qualidade do serviço e a segurança, como a prova obrigatória de português para motoristas estrangeiros (nível A1), a apresentação de registo criminal do país de origem e a realização de um exame prático de condução”.

Nascimentos atingem no 1.º trimestre valor mais alto da última década em Portugal



O número de recém-nascidos rastreados em Portugal atingiu, no primeiro trimestre do ano, o valor mais elevado da última década, com 21.813 bebés abrangidos pelo “teste do pezinho”.

Os dados avançados à agência Lusa pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) indicam que, nos três primeiros meses de 2026, foram estudados mais 1.031 bebés do que no mesmo período de 2025 (20.782) e mais 821 comparativamente ao primeiro trimestre de 2016.

Janeiro foi o mês que registou o maior número de nascimentos (7.908), seguido de Março

(7.312) e, por último, Fevereiro com 6.593 bebés, referem os dados do Programa Nacional de Rastreio Neonatal (PNRN) que cobre a quase totalidade dos nascimentos no país.

Neste primeiro trimestre, Lisboa foi o distrito com mais exames realizados (6.594), seguido do Porto (3.903), Setúbal (1.797), Braga (1.633), Faro (1.105) e Aveiro (978).

O menor número de testes foi observado no distrito de Bragança (137), seguido de Portalegre (139), de Vila Real (203), Beja (278), Évora (281) de Castelo Branco (297) e Viana do Castelo (394).

Os números divulgados re-

forçam a tendência de crescimento verificada em 2025, ano em que foram rastreados 87.708 bebés, o valor mais alto dos últimos 10 anos.

O “teste do pezinho” é feito através de análises de sangue, a partir do 3.º dia de vida e se possível até ao 6.º, através de uma ou duas picadas no calcanhar do bebé.

Desde que o programa foi criado em 1979, já foram rastreados 4.418.702 recém-nascidos e identificados cerca de 3.000 casos de doenças raras, segundo dados do INSA.

Estes testes permitem identificar as crianças que sofrem de doenças, quase sempre genéticas, como a fenilcetonúria ou o hipotiroidismo congénito, que podem beneficiar de tratamento precoce.

Em 2025, foram identificados 57 casos de doenças hereditárias do metabolismo, 26 casos de hipotiroidismo congénito, seis casos de fibrose quística, 10 casos de atrofia muscular espinal, um caso de imunodeficiência combinada grave e 47 casos de drepanocitose, perfazendo 147 casos.

O Programa Nacional de Rastreio Neonatal é coordenado pelo INSA, através da sua Unidade de Rastreio Neonatal, Metabolismo e Genética, do Departamento de Genética Humana.

Tondela e Politécnico de Coimbra vão cooperar para potenciar desenvolvimento local

A Câmara Municipal de Tondela e o Instituto Politécnico de Coimbra assinaram um protocolo para impulsionar conhecimento e investigação no território e colocar investigadores ao serviço de empresas e entidades locais, anunciou a autarquia.

“Sinto que hoje estamos a fazer história em Tondela e no Centro Tecnológico e de Empreendedorismo”, disse a presidente Carla Antunes Borges, tendo em conta que o protocolo reforça a missão do Centro ao “impulsionar uma rede colaborativa com o ensino superior para potenciar o desenvolvimento local”.

A assinatura deste documento “é mais do que uma etapa cumprida, é o início de um percurso” que a Câmara pretende “que seja de sucesso”, sublinhou.

Segundo a Câmara de Tondela, o protocolo de colaboração tem como intuito “impulsionar o conhecimento e a inovação no território, com foco em áreas como a sustentabilidade, engenharia, ciências empresariais e agroalimentar”.

“A parceria visa colocar investigadores do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) ao serviço de empresas e entidades locais, promovendo, desta forma, o desenvolvimento regional”, refere.

O documento foi assinado no Centro Tecnológico e de Empreendedorismo (CTE) de Tondela pela presidente da Câmara de Tondela, Carla Antunes Borges, e a presidente do IPC, Cândida Malça.

Esta colaboração, afirma, tem a “ambição de desenvolver projectos que vão além das paredes” do Centro para que possam “impactar o território” em áreas como a tecnologia, empreendedorismo e investigação”.

Ao admitir que a autarquia não consegue actuar isoladamente nestas áreas, Carla Antunes Borges destacou a importância estratégica de unir esforços com o mundo académico e o tecido empresarial.

Para a presidente do IPC, Cândida Malça, este protocolo “permite consubstanciar a missão de uma instituição de ensino superior que deve atuar em prol da comunidade”. “Todos sabemos que sem educação não há crescimento, sem educação não há desenvolvimento, sem educação não há enriquecimento das populações, portanto, esta é uma das formas de contribuir para o crescimento de uma região e para o crescimento de um país. E isso só é possível através da educação”, sustentou Cândida Malça.



Professor da Escola Agrária de Coimbra integra comissão para avaliação dos incêndios

Joaquim Sande Silva, professor da Escola Superior Agrária do Politécnico de Coimbra (ESAC-IPC), foi designado como membro da Comissão Técnica Independente (CTI) para avaliação dos incêndios de Agosto de 2025 em território de Portugal continental.

Joaquim Sande Silva foi indicado pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, a par com Susana Saraiva Dias, a que se juntam 10 outros “técnicos especialistas de reconhecido mérito, com competências no âmbito da protecção civil, prevenção e combate aos incêndios florestais, ciências climáticas, ordenamento florestal, comunicações e análise de risco”, estes indicados pelos três principais partidos políticos, pelo poder local e pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

A composição da CTI, cujos trabalhos se iniciam a 22 de Abril, foi publicada em Diário da República no passado dia 16.

No desenvolvimento das suas atribuições, a CTI deve “avaliar as condições de partida e o contexto verificado em agosto de 2025, designadamente comparando condições meteorológicas e estado da gestão de combustíveis com anos anteriores, aferir a eficácia do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, in-



cluindo frota aérea, recursos humanos e arquitetura de comando e controlo”.

Tem ainda a missão de “determinar o peso relativo de factores como meteorologia extrema, falhas de prevenção estrutural e deficiências operacionais ou de liderança” e “analisar a execução física e financeira dos planos de gestão de combustível, a estratégia de comunicação, realizar análises caso a caso dos maiores incêndios”. Deve ainda proceder à avaliação da execução de políticas públicas desde 2018

nos domínios da prevenção, do combate aos incêndios e da estrutura de comando.

Enquanto resultado final, é esperada a elaboração de um relatório da sua actividade, contendo as conclusões dos seus trabalhos e recomendações específicas, calendarizadas e com entidades responsáveis definidas, relatório esse que vai ser entregue ao presidente da Assembleia da República e publicado no Diário da Assembleia da República e na página electrónica do Parlamento.

Miranda do Corvo abre Casa das Trocas para promover leitura e economia circular



O Município de Miranda do Corvo criou a Casa das Trocas, um espaço para troca de livros, que pretende incentivar hábitos de leitura e se assume como um exemplo prático de sustentabilidade.

“O projecto Casa das Trocas promove o acesso livre à literatura através de um modelo de economia circular que

convida os cidadãos a trocar e dar nova vida aos livros”, segundo a Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

O novo serviço está localizado junto ao Mercado Municipal de Miranda do Corvo e permite que os leitores levem livros, podendo devolvê-los após a leitura ou substituí-los por outras obras, “garantindo que o acervo se mantenha em constante renovação e movimento”.

A Casa das Trocas funciona sem necessidade de inscrições, registos ou prazos, com a autarquia a apelar “apenas a uma utilização responsável e adequada”.

Segundo a Câmara de Miranda do Corvo, para além do incentivo directo aos hábitos de leitura, o novo espaço assume-se como “um exemplo prático de sustentabilidade”.

“Ao privilegiar a circulação de livros, o projecto evita o desperdício e promove a partilha voluntária, fundamentais para uma economia circular activa”.

A Casa das Trocas é dedicada à partilha de conhecimento, tendo o Município de Miranda do Corvo transformado um espaço que tinha utilização residual num ponto de encontro cultural.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

Milú Loureiro na Hora do Conto na Casa da Cultura de Coimbra

A Biblioteca Infantil/Ludoteca da Casa Municipal da Cultura de Coimbra está a promover, ao longo deste mês, um programa diversificado de actividades dedicado ao livro, à leitura e à liberdade.

No âmbito desse programa, quinta-feira, dia 23, às 18h00, a autora e ilustradora Milú Loureiro realiza uma sessão especial da Hora do Conto. A autora, que foi professora durante 36 anos, celebrou recentemente 15 anos de dedicação à literatura infantil.

“O Pássaro Quadrado”, que se junta a outros títulos de sucesso como “O Esquilo que Amava as Palavras” e “O Encantador de Dinossauros”, é uma história que se foca num pássaro que, por ser quadrado, traz uma mensagem poderosa sobre como existe sentido e beleza naquilo que não se “encaixa” nos padrões convencionais. As ilustrações da autora são cheias de alma, expressividade e detalhes que dão liberdade à imaginação.



[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

Forum Coimbra celebra 20 anos com lançamento de app e eventos exclusivos

No ano em que comemora o seu 20.º aniversário e em pleno processo de expansão, o Forum Coimbra, centro comercial gerido pela Multi Portugal, dá um passo estratégico rumo à transformação digital com o lançamento da sua app “Club Forum”.

Este passo estratégico marca o início de uma nova era na transformação digital do centro comercial, oferecendo uma plataforma de comunicação bilateral que privilegia a conveniência e a personalização da experiência de cada visitante.

Para assinalar o lançamento da app, bem como as duas décadas de existência, o Forum Coimbra organiza uma série de eventos concebidos especificamente para a comunidade de utilizadores da aplicação.

O epicentro destas celebrações será o “Secret Spot”, um espaço exclusivo localizado no parque de estacionamento do Piso 0A, junto à loja Lefties. Todas as iniciativas são de acesso reservado aos utilizadores da app, mediante inscrição prévia na própria aplicação e limitadas à lotação disponível, reforçando o carácter de exclusividade que define o Club Forum.

A programação arranca no dia 24 de Abril, a partir das 17h30, com o evento Unlock The Experience, no Piso 0A. Este momento contará com a apresentação institucional da app pelo director do Forum Coimbra, João Vaz, e pela embaixadora do centro comercial, Iva Lamarão, seguindo-se uma conversa com o estilista Gonçalo Peixoto e as influenciadoras Pipa Tavares e Mariana Machado, num evento limitado a 100 participantes.

No dia seguinte, 25 de Abril, o Secret Spot recebe mais uma iniciativa exclusiva para utilizadores do Club Forum, com capacidade para 200 participantes: a gravação, ao vivo e pela primeira vez, de um episódio do podcast “Se os meus pais soubessem”.

No dia 26 de Abril, às 17h30, as celebrações continuam com um desfile de moda que assinala o 20.º aniversário do Forum Coimbra. Iva Lamarão apresentará a colecção de Gonçalo Peixoto, apresentada na Moda Lisboa, num evento que contará



com a presença de diversos influenciadores, nomeadamente Explorerssaurus, André Nobre Duarte, Lara Moniz, Carolina Castelinho, Daniela Inácio, Mexiquer, Inês Brusselmans, Diogo Bordin e Ana Gomes. Para este momento, estão disponíveis 200 lugares, sendo que 20, na primeira fila, serão atribuídos a visitantes que apresentem talões de compra de valor igual ou superior a 50 euros.

As actividades prosseguem no dia 1 de Maio com o Gaming Day, durante o qual 100 utilizadores da app poderão assistir e oito terão a oportunidade única de jogar contra o criador de conteúdos Movemind.

O ciclo de eventos no Secret Spot encerra no dia 2 de Maio com um showcase de Bárbara Bandeira, preparado para receber 300 pessoas.

Complementarmente a estes eventos, o centro contará, no Piso 1, em frente à loja H&M, com a activação Unlock the Wind. Trata-se de uma cabine de vento que distribui diversos prémios aos participantes, desde cartões-presente a menus de cinema, merchandising e bilhetes para a Queima das Fitas.

Câmara da Lousã com resultado líquido negativo de 575 mil euros em 2025



A Câmara da Lousã registou um resultado líquido negativo de cerca de 575 mil euros em 2025, num ano em que o Município reduziu o prazo médio de pagamentos e fixou o saldo de gerência em cerca de 6,1 milhões de euros.

A Câmara da Lousã aprovou na segunda-feira os documentos da prestação de contas relativos a 2025, com o Município a ter um resultado líquido negativo de cerca de 575 mil euros, valor próximo do défice financeiro registado com a transferência de competências nas áreas de educação, acção social e saúde.

De acordo com as contas da Câmara da Lousã, o Município gastou 3,1 milhões nesse âmbito, mas apenas recebeu do Estado cerca de 2,5 milhões, demonstrando que teve um défice de 640 mil euros nessa área.

O documento nota que “cerca de 20% do total das despesas [na transferência de competências] não é coberto pela receita directamente associada à competência transferida”, sendo os casos com maior expressão os custos com pessoal não docente, refeições alimentares e actividades de enriquecimento curricular.

O Município salientou que 2025 foi um “ano particularmente exigente”, mas no qual foi possível “assegurar o equilíbrio financeiro da autarquia”.

A Câmara da Lousã atingiu 94,29% da execução da receita e 76,63% na execução da despesa, passando o prazo médio de pagamento para 11 dias, quando em 2024 era de 14.

O saldo de gerência fixou-se em cerca de 6,1 milhões de euros e o Município tem uma margem superior a 7,7 milhões de euros na capacidade de endividamento.

“Estes resultados demonstram que foi possível manter uma forte dinâmica de investimento, responder a novas exigências e assegurar uma gestão equilibrada e sustentável do Município, num contexto particularmente desafiante”, afirmou o presidente da Câmara da Lousã, Victor Carvalho.

Durante 2025, de acordo com o documento consultado pela Lusa, o Orçamento Municipal sofreu modificações orçamentais, que levaram a uma redução de cerca de 32,74% do inicialmente previsto. As mudanças ficaram a dever-se à incorporação na receita do saldo da gerência anterior e ao ajustamento plurianual de vários investimentos previstos, entre outros.

As despesas com pessoal voltaram a aumentar, sendo “a segunda maior rubrica de despesa paga”, com um aumento absoluto de cerca de 1,2 milhões de euros face a 2024.

PCP fez acção em Coimbra em defesa do SNS



A Organização Regional do PCP realizou uma tribuna pública em defesa do Serviço Nacional de Saúde, em frente ao Centro de Saúde Fernão Magalhães, em Coimbra. Esta foi um acção integrada na Jornada Nacional do PCP de acção e protesto em defesa do SNS.

A iniciativa contou com a participação de dezenas de militantes e amigos do PCP, assim como de diversos testemunhos de profissionais e utentes do SNS, depoimentos estes que, segundo o partido, reflectiram, de uma forma ampla, o estado do SNS. “Não é o estado que merecemos, nem é o estado que desejamos. A realidade actual que vivemos de desmantelamento de serviços, de ataques aos direitos dos profissionais são exemplo de um

caminho pelo qual o PCP nunca deu a mão” - refere-se

Para o PCP, no distrito de Coimbra tem-se “assistido a um ataque sucessivo e orquestrado”: “a criação da ULS Coimbra, que abrange o Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, o Hospital de Cantanhede, o Centro de Recuperação Rovisco Pais e 26 centros de saúde de 21 concelhos de 2 comunidades intermunicipais, serviu, no essencial, para o caminho de destruturação de equipas e concentração de serviços”.

Para os comunistas, este é “um caminho que não resolveu problemas de fundo, como a falta de investimento e a falta de profissionais, e que em grande medida contribuiu para uma maior burocratização e retirada

de autonomia, como é o caso dos cuidados de saúde primários que passam a estar debaixo da alçada dos hospitais onde se centraliza a Direcção”.

“As ULS tornaram-se num instrumento para mais concentração e encerramento de serviços de proximidade, de que é exemplo o terrível encerramento do serviço de urgências do Hospital Geral dos Covões” – acrescenta o PCP.

Segundo o partido, “nos vários depoimentos foi notório que o SNS dispõe de profissionais de grande excelência e dedicação, mas que não vêm o seu trabalho ser devidamente retribuído”, com o caminho feito “de desvalorização das carreiras, estagnação dos salários e imposições às progressões, contexto que se reflecte no cansaço dos profissionais, que por consequência afecta, também, os utentes”.

De acordo com o PCP, “os testemunhos trataram problemas concretos, como a falta de uma paragem de autocarro em frente ao Centro de Saúde da Fernão Magalhães, que melhor serviria os utentes, ou o facto de, hoje em dia, muitos utentes estarem a ser encaminhados para Centros de Atendimento Clínico a 40 km de distância das suas residências”.

“Este é um caminho que eles pretendem que seja sem retorno. Eles, a política de direita, os sucessivos governos, ao qual não podemos esquecer o incessante apoio da Iniciativa Liberal e do Chega”, conclui o PCP.

Região de Coimbra pede ao Governo avanço dos projectos de expansão do Metrobus

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIMRC) vai pedir ao Governo que avance com a elaboração de projectos de execução da expansão do Metrobus na ligação a Condeixa-a-Nova e Cantanhede e Mealhada.

A decisão foi aprovada no Conselho Intermunicipal que decorreu na terça-feira, em Arganil, depois de uma reunião que a CIMRC teve com o Ministério das Infraestruturas no início deste mês.

Durante o Conselho Intermunicipal de terça-feira, a presidente da CIMRC, Helena Teodósio, afirmou que nessa reunião, na qual foi debatido o dossiê do Metrobus (autocarros eléctricos em via dedicada), a Região de Coimbra defendeu a necessidade de se avançar com projectos de expansão da rede, que actualmente serve Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo (e cuja primeira fase deverá ficar concluída no início de 2027).

A responsável recordou que, ao contrário de outras cidades e regiões que pretendem implementar este sistema, a Região de Coimbra já realizou estudos de viabilidade económico-financeira para expansões, com a ligação a Condeixa-a-Nova e Cantanhede e Mealhada a apresentarem os melhores resultados.

“Iremos continuar a lutar nesse sentido. É fundamental este tipo de investimento para a região, mas temos de ver se não há aqui nenhuma situação que venha a atrasar este processo para se dar alguma prioridade a locais que ainda nem começaram com a ideia ou sequer um primeiro projecto”, disse Helena Teodósio.

Aquando da votação da proposta, o secretário-executivo da CIMRC, Jorge Brito, deu nota de que, na reunião com o ministro das Infraestruturas, a Região de Coimbra recebeu “um nim”, justificando-se com intenções de implementação do Metrobus em Aveiro, Leiria ou Braga.

“Nós fizemos um trabalho atempado, com recursos próprios, para analisar a viabilidade [das expansões]. O que se solicita é o arranque para a elaboração de projecto” para as expansões consideradas viáveis, venceu Jorge Brito.

Em 2022, um estudo encomendado pela CIMRC para a expansão do Metrobus concluiu que as ligações a Cantanhede e Condeixa-a-Nova eram aquelas que reuniam mais condições para serem implementadas.

O estudo realizado pelo consórcio OPT e Oval, a que a agência Lusa teve acesso na altura, analisou possíveis extensões do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM), avaliando ligações a Cantanhede, Mealhada, Condeixa-a-Nova, Arganil, Góis e Penela, calculando



custos, receitas, assim como a procura e impacto que cada linha poderia ter no distrito.

No caso da ligação a Cantanhede, o estudo aponta também para uma ligação à Mealhada, aproveitando parte do antigo canal ferroviário do Ramal da Figueira da Foz, via Pampilhosa.

Caso se assegure a ligação entre Cantanhede e Mealhada, será possível ligar Coimbra-B àquele concelho por Metrobus, mas a viagem irá sempre demorar 50 minutos, com transbordo em Cantanhede, algo que nunca poderá competir com uma ligação directa através de ferrovia, notava o estudo.

A ligação entre Coimbra e Cantanhede teria uma extensão de 25,9 quilómetros, terminando na Zona Industrial de Cantanhede, sendo um traçado que acompanha, de um modo geral, as estradas nacionais 111-1 e 234-1, referia o estudo, apontando para uma viagem de 27 minutos entre o centro daquela cidade e Coimbra-B.

Já na ligação para Condeixa-a-Nova (com uma duração estimada de 27 minutos), o estudo propunha uma travessia do Mondego através de uma nova ponte, servindo, ainda no concelho de Coimbra, o Fórum, a Escola Superior Agrária, o Hospital dos Covões, o Iparque e Cernache, entre outros locais, numa extensão de 17 quilómetros até ao concelho vizinho.

O estudo apontava para uma procura de cerca de 4.000 passageiros por dia na ligação a Condeixa-a-Nova e de 1.350 passageiros por dia na ligação a Cantanhede.

Quer uma, quer outra linha, apresentavam também potencial de expansão, seja a sul indo para Soure ou Penela, quer a norte, com um prolongamento para Anadia, referia o estudo.

O Estado inerte, relapso e contumaz...

Os serviços da Administração Pública ou primam pela desorganização ou se distraem quando se trata de cumprir as obrigações a que o Estado se adscrive.

E infringem as leis com a maior impunidade. Ou fazem-no em relação às obrigações perante os Tratados da União Europeia.

Algo que seria simples de emendar: bastaria anotar num papel, à moda das "contas à merceeiro", os títulos e as datas até às quais haveria que cumprir, por exemplo, o que vem da União Europeia e a que se deve obediência insusceptível de se descartar. Com um lembrete três meses antes e outro a um mês da data do cumprimento.

Ou deixam escapar prazos e prejudicam o próprio Estado, como no caso das prescrições, em que se privam de arrecadar milhões por inépcia dos próprios serviços.

(Ah! E, agora, como não são capazes de, em três anos, cobrar as coimas dos ilícitos rodoviários, em vez de apostar na eficiência, protraem o prazo prescricional (de 3 para 8 anos!) a ver se, entretanto, conseguem efectuar a cobrança... Notável!

Com todas estas "distracções" e a patente negligência que aos serviços da administração se reconhece perdem, afinal, os cidadãos, destinatários directos das normas ou seus beneficiários indirectos.

Há casos, como na primeira lei das garantias dos bens de consumo, que bradam aos céus. Portugal só transpôs a directiva, de 1999, um ano, três meses e oito dias depois da data em que a lei deveria entrar em vigor. Para que se não julgue que é de um lapso nosso que se trata: da data em que a lei deveria ter entrado em vigor... Com perda de direitos - e de direitos significativos - para os consumidores. Que não sabem o que é o efeito directo das directivas nem como responsabilizar o Estado pelas omissões em que incorre. E sem meios para tal, bem entendido.

E que direitos, na circunstância, per-

deram os consumidores?

Pela Lei-Quadro de Defesa do Consumidor o consumidor gozava da garantia de 1 ano na compra de um qualquer bem móvel de consumo (duradouro) (um carro, um frigorífico, um televisor, um computador...). Garantia que, a partir de 1996, passou a ser superior aos 6 meses do Código Civil, que até então vigorava também para os consumidores. Mas com a directiva passariam a dispor de 2 anos.

Ou seja, perderam nesse lapso de tempo (um ano, três meses e oito dias) 1 ano de garantia, o que não é nada de desprezível, de se deitar fora.

Claro que os consumidores, se o souberem e tivessem meios para ir a juízo (isenções de preparos e custas à parte), sempre poderiam responsabilizar o Estado mercê do denominado efeito directo das directivas... Quem dos prejudicados o fez? Ninguém que se saiba!

Conferir direitos e não os tornar efectivos através de meios que se lhes concedam, é pura hipocrisia, é gozar com a cara do povo. É um faz de conta num País de "faz de conta"!

O Estado atrasa-se invariavelmente a transpor as directivas que convêm aos consumidores. O que se passa agora? Quais é que se acham em mora?

De modo breve, importa listar:

. A Directiva do Crédito ao Consumidor, que deveria ter sido trazida a lume até 20 de Novembro de 2025

. A Directiva Serviços Financeiros à Distância até 19 de Dezembro de 2025

. A Directiva Reparação cuja transposição deveria ter ocorrido, em regra, seis meses antes do efectivo começo de vigência, 31 de Julho do ano em curso

. A Directiva Capacitação do Consumidor que teria de ser publicada até 27 de Março de 2026, ora findo.

E não é pouco...

São alterações a mais que mostram autenticamente o descaso das autoridades portuguesas num desnoite sem sentido.

É claro que Portugal não tem política de consumidores. E o facto de se pôr,

nas mãos do Secretário de Estado do Turismo, as pastas do comércio, serviços e defesa do consumidor (e sabe-se lá o que mais), não é um bom sintoma.

E os factos aí estão a mostrar com estridência esta realidade.

Só agora, depois de meses e meses de interinidades, é que foi recentemente empossado o director-geral do Consumidor.

O Conselho Nacional do Consumo, que não funciona há anos, deu agora um ar da sua graça para se apresentar o novo director-geral, antigo secretário de Estado da Energia de um dos governos de Costa.

Mas a apDC, que com Gomes da Silva, ministro-adjunto num dos Governos constitucionais, havia sido alçada, no Conselho, por direito próprio, a membro observador, foi depois dele excluída pelo prestante Sócrates, que se transformara em nosso inimigo figadal, confundindo instituição com o presidente. Notável!

Enquanto os titulares dos cargos políticos mandarem às malvas a promoção dos interesses e a protecção dos direitos do consumidor, nada de bom se augura, nada de interessante se perspectiva.

Esta de as Directivas estarem atrasadas estes meses todos (ou dias, como na da Capacitação dos Consumidores) diz bem da eficiência do Estado que manda soberanamente às urtigas os direitos dos consumidores...

E não há quem, dentro das esferas do poder, se aperceba desta aberração?

E não há quem nos leia, com tão sofisticados sistemas de recolha de informação para uso das políticas do Governo?

Claro, sabêmo-lo... "a palavras ocas, orelhas moucas"!

Mário Frota

Presidente emérito da apDC
DIREITO DO CONSUMO, Portugal



Oliveira do Hospital recebe a EXPOH entre 22 e 26 de Julho



A EXPOH está de regresso a Oliveira do Hospital entre os dias 22 e 26 de Julho, prometendo cinco dias de festa no Parque do Mandanelho, com um cartaz musical diversificado, gastronomia, diversões, exposições e várias iniciativas para todas as idades.

O evento, que volta a afirmar-se como um dos principais pontos de encontro do concelho e da região, já revelou os nomes que vão subir a palco nesta edição. A abertura, a 22 de Julho, quarta-feira, terá entrada livre e contará com actuações de Tiago Taborda (sax), Sons do Minho, Badoxa e DJ Campos.

No dia 23 de Julho, quinta-feira, sobem ao palco OS RED, Vespa Asiática, Wet Bed Gang e DJ Factor K. Já na sexta-feira, 24 de Julho, o público poderá assistir aos concertos de Os Alentons, Sara Correia e Insert Coin, além das atuações de DJ Aäron e DJ Gonçalo Martins.

A programação continua no sábado, 25 de Julho, com Davi Days, Fernando Daniel, Cromos da

Noite e DJ Soraya. O encerramento, no domingo, 26 de Julho, estará a cargo de The Peakles, Xutos & Pontapés e DJ Karyoka.

Além da música, a organização promete uma experiência completa, com espaços de gastronomia, diversões, exposições e outras propostas de animação, reforçando o carácter festivo e agregador da EXPOH.

Os bilhetes estarão à venda na Ticketline a partir das 18h00 de hoje. O bilhete geral tem o valor de 15 euros, sendo que a entrada é gratuita para crianças até aos 12 anos, inclusive.

A organização convida ainda o público a acompanhar todas as novidades através da página oficial do evento e a activar as notificações para receber informação em primeira mão. O vídeo promocional da EXPOH 2026 já pode ser consultado online.

Com uma programação pensada para diferentes públicos, a EXPOH 2026 volta a afirmar-se como um evento incontornável do Verão em Oliveira do Hospital.